



Estratégia
Concursos

2º SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO JUDICIÁRIO



Simulado Especial

2º Simulado TJ-RJ – Técnico Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TJ_RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-26-01>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

A capacitação ambiental das organizações portuárias, que constitui um dos principais instrumentos da sua gestão ambiental, inicia-se pela criação de um núcleo ambiental na estrutura da instituição, composto por profissionais de diversos campos, como química, biologia, oceanografia, arquitetura e urbanismo, entre outros, bem como pelos próprios profissionais do porto.

Além disso, a capacitação deve envolver o incremento do conhecimento teórico e prático das matérias ambientais e a formação de uma base adequada de dados técnicos para se realizar uma boa gestão ambiental.

A capacitação deve ser complementada com o treinamento dos agentes portuários para as condições e situações de gestão ambiental, especialmente para as emergências.

Os planos de emergência requerem simulações que devem ser periódicas e aprimoradas constantemente, tanto pela agregação de tecnologia, como de métodos de atuação.

(...)

<http://www.antaq.gov.br>

01. Segundo as ideias veiculadas no texto,

- As capacitações ambientais devem ser teóricas e práticas.
- As capacitações ambientais visam somente às situações emergenciais.
- É preciso fazer-se um plano de gestão ambiental de emergência.
- No plano de emergência devem constar simulações que precisam ser postas em prática ocasionalmente, para que seja aperfeiçoada a tecnologia empregada e as técnicas de atuação.
- As capacitações ambientais devem estar conectadas com a tecnologia.

02. Assinale a opção que apresenta uma frase na voz ativa:

- Aqui se é feliz;
- Esse autor não se conhece;
- Sabe-se que tudo foi publicado;
- “Seja feita a Vossa vontade” (Oração do Pai-Nosso);
- Intime-se.

03. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que não exerça a mesma função sintática que as demais.

- Para servir chá bem quente, você pode optar por uma caneca de alumínio.
- Sobreveio um grande alívio.
- ... tudo sabe aquele que é sábio.
- ... sem saber como vai sobreviver.
- ... as reservas que acumulei.

04. Das alterações feitas na pontuação das frases do texto a seguir, assinale aquela que não mantém a frase gramaticalmente correta ou coerente:

- “Diz-se dele que tem ‘humores’...” / Diz-se, dele, que tem “humores”...;
- “Cada transação, comercial, cultural ou científica, atesta sua existência...” / Cada transação comercial, cultural ou científica atesta sua existência...;
- “Mas os mitos são misteriosos, contêm segredos insondáveis.” / Mas os mitos são misteriosos: contêm segredos insondáveis;
- “Eles, e apenas eles, conseguem sondar o oculto...” / Eles (e apenas eles) conseguem sondar o oculto...;
- “Cada um desses termos encobre um buraco negro...” / Cada um desses termos, encobre um buraco negro...

05. “Estudo constatou que uma pessoa que fuma cinco cigarros por dia há mais de um ano...” e “Sinto-me como o olho que tudo vê...” Os pronomes relativos desses dois segmentos do texto exercem, respectivamente, as funções sintáticas de:

- sujeito / sujeito;
- sujeito / objeto direto;
- objeto direto / objeto indireto;
- objeto direto / sujeito;
- objeto indireto / objeto direto.

06. Assinale, entre as opções de reescrita a seguir, aquela em que apresenta prejuízo gramatical:

- Os ratos sofriam perseguição e maus-tratos injuriosos do gato.
- Os ratos sofriam maus-tratos e perseguição injuriosa do gato.
- Os ratos sofriam injuriosa perseguição e maus-tratos do gato.
- Os ratos sofriam maus-tratos e perseguição injuriosas do gato.
- Os ratos sofriam injuriosos maus-tratos e perseguição do gato.

Leia o texto para responder à questão 7:

A revolução da informação, o fim da guerra fria – com a decorrente hegemonia de uma superpotência única – e a internacionalização da economia impuseram um novo equilíbrio de forças nas relações humanas e sociais que parece jogar por terra as antigas aspirações de solidariedade e justiça distributiva entre os homens, tão presentes nos sonhos, utopias e projetos políticos nos últimos dois séculos. Ao contrário: o novo modelo – cuja arrogância chegou ao extremo de considerar-se o ponto final, senão culminante, da história – promove uma brutal concentração de renda em âmbito mundial, multiplicando a desigualdade e banalizando de maneira assustadora a perversão social.

(Ari Roitman, O desafio ético, com adaptações)

07. Entre as alternativas a seguir, assinale aquelas que sejam verdadeiras, quanto ao uso dos sinais de pontuação:

- I) As duas ocorrências de duplo travessão demarcam intercalações, e poderiam ser substituídas por parênteses.
 - II) A vírgula que se segue a “homens” destaca uma explicação e seu emprego é opcional.
 - III) O emprego de dois-pontos após “contrário” justifica-se por introduzir um esclarecimento sobre o que foi dito no período anterior.
 - IV) A vírgula após a palavra “sonhos” poderia ser adequadamente substituída por ponto e vírgula.
- a) I, II, III
b) I e II
c) II e III
d) I, II, III e IV.
e) I, III

08. “Existem questões ambientais de suma importância para a humanidade.”; entre as opções de reescrita do trecho destacado, assinale aquela em que a correção gramatical ou o sentido original não seriam preservados:

- a) há;
- b) pode haver;
- c) podem haver;
- d) devem existir
- e) deve haver

09. Entre as palavras grifadas nas alternativas a seguir, assinale aquela que poderia ter sido empregada corretamente também no plural, mesmo havendo alteração do sentido original:

- a) ... o governo brasileiro, sob monitoramento do FMI, passou a perseguir..
- b) ... para que se cumprisse a meta ...
- c) O resultado das políticas financeiras ainda assim ficou aquém do total.
- d) ... por uma política de juros que ampliou o endividamento ...
- e) ... a relação entre o monitoramento da dívida e o PIB não retrocede ...

10. Assinale a alternativa que apresenta erro de regência:

- a) Poucos o reconheceram e cumprimentaram.
- b) O indivíduo a perseguia e ameaçava.
- c) Não a admirava ou obedecia.
- d) Ele nos avistara e evitara.
- e) Ela me respeitava e admirava.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Para indicar que há professores gravando aulas no Estratégia, Roberto decidiu instalar luzes que piscam com frequências diferentes nas portas dos estúdios. A luz pisca 15 vezes por minuto na porta do estúdio 1. A luz da porta do estúdio 2 pisca 10 vezes por minuto. Se em um certo instante as luzes dos estúdios 1 e 2 piscam simultaneamente, após quantos segundos elas voltarão a piscar simultaneamente?

- a) 10.
- b) 12.
- c) 15.
- d) 20.
- e) 30.

12. O jogo da Mega Sena sorteia 6 dentre os números de 1 até 60. O professor Brunno Lima fez uma aposta de 10 números. O professor Guilherme Neves fez uma aposta com 8 números. Quantas vezes maior é a probabilidade de Brunno Lima ganhar em relação à probabilidade de Guilherme Neves ganhar?

- a) 20 vezes.
- b) 15 vezes.
- c) 7 vezes e meia.
- d) 6 vezes.
- e) 5 vezes e meia.

13. A negação da proposição “Ou estudo ou não aprendo” é logicamente equivalente a

- a) Não estudo e aprendo.
- b) Não estudo se e somente se não aprendo.
- c) Não aprendo e estudo.
- d) Aprendo se e somente se não estudo.
- e) Se não estudo, então não aprendo.

14. Depois de atingir um valor máximo em um certo instante, a concentração de determinada substância diminui 15% ao fim de cada hora. Duas horas após o mencionado instante, a concentração da substância terá diminuído em:

- a) 30%.
- b) 32,25%.
- c) 27,75%.
- d) 31%.
- e) 28%.

15. Uma editora terá que gastar R\$ 55.000,00 em custos fixos mais R\$ 40,00 por exemplar impresso para editar um livro. Além disso, as despesas de comercialização são estimadas em 60% do custo total de edição do livro. Qual o número mínimo de exemplares que deve ser produzido e comercializado na referida edição para que o custo final (custo de edição mais despesas de comercialização) não ultrapasse R\$ 80,00 por exemplar?

- a) 6.500
- b) 6.000
- c) 5.500
- d) 5.000
- e) 4.500

16. Guilherme Neves arrumou, de forma aleatória, em uma prateleira, 5 livros de Matemática (Análise Combinatória, Geometria Plana, Geometria Analítica, Álgebra e Trigonometria). Qual a probabilidade de os livros de Geometria Plana e Trigonometria não estarem juntos?

- a) 2/5
- b) 3/5
- c) 1/3
- d) 2/3
- e) 3/4

17. O professor Carlos Henrique tem comido bastante churrasco nos últimos meses. Devido ao sobrepeso, ele respira, em repouso, 20 vezes por minuto e cada vez inala 600 mL de ar. Do ar respirado por ele, 20% é oxigênio, que será absorvido pelo organismo. Do oxigênio absorvido, apenas 20% chega à corrente sanguínea de Carlos Henrique. Quantos litros de oxigênio entram na corrente sanguínea de Carlos Henrique por hora?

- a) 0,48
- b) 48
- c) 480
- d) 288
- e) 28,8

18. Em uma cidade de 10.000 habitantes são consumidos refrigerantes de dois tipos A e B. Sabendo que 45% da população tomam refrigerante A, 15% tomam os dois tipos de refrigerante, 20% não tomam refrigerante, quantos são os habitantes que tomam do refrigerante B?

- a) 3500
- b) 5000
- c) 4000
- d) 4500
- e) 2000

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Considerando a disciplina estabelecida pela Constituição Federal para o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, à luz do entendimento do STF sobre o assunto, pode-se dizer que:

- a) A gravação clandestina, desde que respeitados os princípios constitucionais, tem sido assegurada pelo STF.
- b) A captação e a interceptação telefônicas, sem o conhecimento de nenhum dos interlocutores, são vedadas, sob qualquer forma e independentemente do fim a que se destinem.
- c) A captação e a interceptação telefônicas, sem o conhecimento de um dos interlocutores, apenas é permitida mediante autorização judicial.
- d) A gravação clandestina pessoal, ao contrário da telefônica, não necessita autorização judicial.
- e) A gravação clandestina ambiental, em espaço aberto ao público, poderá ser efetivada por qualquer pessoa, interlocutora ou não, independentemente de autorização judicial, e constituirá prova válida em processo criminal.

20. No que diz respeito ao habeas data, determina a Constituição da República que:
- Apenas pessoas físicas poderão ajuizar a ação constitucional em comento, haja vista seu caráter personalíssimo.
 - Trata-se de ação de natureza administrativa, incabível para impugnar atos de conteúdo jurisdicional.
 - Os Tribunais do Poder Judiciário não podem figurar no polo passivo da ação, já que não poderão ser atacados, pela via do habeas data, atos jurisdicionais.
 - Destina-se ao conhecimento de informações e à retificação de dados relativos à pessoa do impetrante, desde que tenha havido a prévia negativa por parte da autoridade administrativa competente.
 - Eventual habeas data ajuizado contra autoridade federal será julgado pelo Tribunal Regional Federal competente.
21. Eustáquio, Promotor de Justiça que conta, atualmente, com 28 anos de idade, foi indicado em lista sêxtupla, elaborada pelo Conselho Superior do Ministério Público, para compor o Tribunal de Justiça de seu Estado, conforme regras estabelecidas para o Quinto Constitucional. O então Governador, ao tomar ciência de que o nome de Eustáquio constava da lista preparada pelo órgão de representação, decide nomeá-lo, logo após a aprovação da Assembleia Legislativa respectiva. Considerando-se atendidos os demais requisitos constitucionais, pode-se dizer que:
- A nomeação é inválida, por evidente afronta ao processo descrito na Constituição, a qual exige a redução da lista sêxtupla pelo Tribunal correspondente, embora não haja impedimento à participação do Poder Legislativo na escolha final do nome pelo Governador.
 - Eustáquio poderá ser nomeado para compor o referido tribunal, mas deverá aguardar até completar 30 anos de idade, para a posse.
 - A nomeação é inválida, por evidente afronta ao processo descrito na Constituição, a qual exige a redução da lista sêxtupla pelo Tribunal correspondente e não prevê a participação do Poder Legislativo na escolha final do nome pelo Governador.
 - Eustáquio, ao tomar posse no cargo de desembargador do TJ, terá adquirido, automaticamente, a vitaliciedade.
 - Como Eustáquio não atende à exigência de idade mínima para integrar o respectivo Tribunal de Justiça, este poderá substituir seu nome por outro,

ao enviar a lista tríplice para que o Governador escolha um dentre os nomes apresentados.

22. No que concerne à organização e competência da Justiça Estadual, é correto afirmar que:
- A competência dos Tribunais de Justiça será definida em lei estadual, de iniciativa privativa do Presidente do respectivo Tribunal.
 - Os Estados poderão instituir a representação de inconstitucionalidade de atos normativos municipais em face da Constituição Estadual.
 - Apenas a Constituição Estadual poderá atribuir legitimação exclusiva a determinado órgão para propor ADI estadual.
 - Caberá à Justiça Estadual o julgamento de conflitos envolvendo pessoas jurídicas de direito privado federais.
 - A Justiça Militar estadual será composta, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar.
23. De acordo com o regramento constitucional acerca da repartição de competências entre os entes federados, caso um Estado-Membro decida legislar a respeito de juntas comerciais, ele:
- Restará impedido, por flagrante invasão de competência privativa da União para legislar sobre Direito Comercial.
 - Poderá legislar sobre o tema, desde que autorizado por Lei Complementar Federal específica.
 - Apenas poderá disciplinar a matéria caso exista lei de normas gerais sobre o assunto, editada pela União.
 - Poderá legislar sobre o assunto, desde que não incida na esfera de atuação da União e dos municípios.
 - Poderá exercer a competência complementar-suplementar, bem como a suplementar-supletiva, em caso de inércia legislativa por parte da União.

24. No que se refere às disposições Constitucionais e jurisprudenciais em torno da exigência de concurso na Administração Pública Brasileira, pode-se dizer que:

- a) A previsão, no edital do concurso, de limite de idade para a inscrição, não é suficiente para que seja considerada legítima.
- b) A Constituição impede que novo concurso seja aberto durante o prazo de validade não expirado de um concurso anterior.
- c) O candidato aprovado em concurso público possui mera expectativa de direito para a posse que vier a ser dada nos cargos vagos durante seu prazo de validade.
- d) Apenas os ocupantes de cargos públicos sujeitam-se à exigência de aprovação em concurso público.
- e) Nem todos os ocupantes de funções de confiança serão servidores aprovados em concurso público.

25. No que tange ao Poder Judiciário e às Funções Essenciais à Justiça, analise os itens que se seguem:

- (I). Vedação ao exercício da advocacia, nos três anos que se seguirem à aposentadoria ou exoneração.
- (II). Vedação à participação em sociedade comercial, na forma da lei.
- (III). Vedação ao exercício de atividade político-partidária.
- (IV). Competência para a representação Judicial de entidades públicas.

Conforme disposição expressa na CF/88, aplica(m)-se tanto aos membros do Ministério Público quanto aos membros da magistratura o que se afirma em:

- a) II, III e IV.
- b) III, apenas.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I, apenas.

26. Assinale a alternativa que se coaduna ao entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca das regras e princípios insculpidos na Constituição da República:

- a) As normas são dotadas de maior carga valorativa e abstração. Já as regras possuem um viés mais concreto e expressam claramente a obrigatoriedade de cumprimento de seus comandos.
- b) O princípio da Separação dos Poderes sugere a existência de uma mera divisão funcional, e não propriamente política.

c) O princípio da dignidade humana, altamente abstrato, não é capaz, por si só e sem a edição de norma regulamentadora conferindo-lhe concretude, de vincular o Poder Público.

d) Soberania é o atributo que confere à Constituição Federal a posição de supremacia no ordenamento jurídico brasileiro.

e) A forma de democracia adotada pelo Brasil é a semidireta, em que o povo exerce a participação na vida política por meio de representantes eleitos, apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. Marcondes, na condição de chefe do Executivo municipal de “Vale da Coruja”, mediante regular procedimento licitatório, contratou empresa que veio a realizar obras de ampliação, manutenção e pintura do hospital público municipal. Uma vez concluída a obra, o prefeito determinou a confecção de material publicitário para divulgação do feito, contendo sua caricatura e a seguinte mensagem: “Aqui você pode confiar! Mais uma obra da gestão Marcondes!”. Considerando o exposto, o governante público violou o princípio da

- a) moralidade;
- b) isonomia;
- c) legalidade;
- d) razoabilidade;
- e) impessoalidade.

28. No que diz respeito aos atos administrativos, marque a alternativa correta:

- a) São exemplos de atos normativos os regulamentos, resoluções, regimentos, instruções normativas e circulares.
- b) A expedição de autorização em benefício de determinado particular, em virtude de se caracterizar como ato negocial, não comporta juízo de mérito quanto ao seu desfazimento.
- c) Os atos de concessão de aposentadoria são revestidos de efeitos prodrômicos.
- d) A permissão comum de uso de um bem público é ato discricionário e ordinatório.
- e) A alienação de bens públicos e a desapropriação de bens particulares são exemplos típicos de atos de império.

29. Tomando por base o sentido material da expressão Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O referido conceito está intimamente ligado à prestação de serviços públicos, seja diretamente pelo Estado ou por meio de particulares delegatários dos serviços públicos.
- b) Relaciona-se à intervenção do Estado na propriedade privada e na atividade econômica, seja diretamente ou por meio da fiscalização da atividade econômica de natureza privada.
- c) A expressão designa as relações externas entre o Poder Público e os administrados.
- d) Compreende as atividades de fomento à iniciativa privada de utilidade pública, a exemplo das subvenções concedidas por meio de bancos públicos a determinados segmentos produtivos.
- e) Abrange a atividade de polícia administrativa, que restringe o exercício de direitos individuais em benefício da coletividade.

30. Adotando-se a teoria da culpa administrativa para fins de delimitação da responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar que sua caracterização depende da comprovação, por parte da vítima, das seguintes circunstâncias:

- a) dano, culpa do agente público responsável e nexo de causalidade entre a falha no serviço e o dano sofrido pelo particular.
- b) dano, falta do serviço e nexo de causalidade entre a falta do serviço e o dano sofrido pelo particular.
- c) dano, mera existência da atuação estatal e nexo de causalidade entre o dano e a conduta estatal.
- d) dano, existência da atuação estatal, nexo de causalidade entre a falta do serviço e o dano sofrido pelo particular, bem como a inexistência de excludentes ou atenuantes.
- e) dano, existência da atuação estatal, nexo de causalidade entre o dano e a conduta estatal, bem como existência de dolo na conduta do responsável.

31. Quanto ao poder de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão da ausência de codificação do Direito Administrativo, o poder de polícia administrativa não encontra definição legal.
- b) O poder de polícia pode-se manifestar por meio de atos normativos ou concretos, desde que os efeitos produzidos circunscrevam-se ao âmbito interno da Administração Pública.
- c) Uma das distinções entre as polícias judiciária e a administrativa consiste no caráter eminentemente repressivo que aquela possui.

d) As fases de consentimento e sanção estão presentes em toda atividade de polícia.

e) O ato de polícia deve ser vinculado, por força do atributo geral da tipicidade dos atos administrativos.

32. Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

a) Por força da garantia constitucional do direito adquirido, os servidores estatutários encontram-se protegidos em face de alteração legislativa prejudicial em seu regime jurídico.

b) Para aferir a capacidade intelectual dos candidatos, admite-se a aplicação de teste psicotécnico não previsto em lei, desde que esteja assente no edital do concurso público.

b) Não é direito constitucional dos servidores públicos o recolhimento de seguro contra acidentes do trabalho.

d) A atual idade mínima para aposentadoria à conta do regime próprio de previdência social é de 62 anos, se mulher, e de 65 anos, se homem, em qualquer ente federativo.

e) Aos servidores civis e militares é asseguro o direito à greve, nos termos e limites definidos em lei.

33. Considerando os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e o disposto na Lei 5.427/2009, que regulamenta o processo administrativo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

a) Apenas as pessoas que iniciaram o processo administrativo são consideradas interessadas, sendo as demais consideradas não interessadas, ainda que possam ser afetadas pela decisão a ser adotada.

b) É dever do administrado ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores.

c) Não podem ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

d) Admite-se, desde que em caráter excepcional, a exigência de caução ou depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.

e) Em razão do princípio da informalidade, o recurso administrativo deverá ser conhecido mesmo se interposto fora do prazo.

34. No que diz respeito ao Estatuto dos servidores públicos civis do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir.

- a) A pena de suspensão será aplicada nos casos de desídia no cumprimento dos deveres.
- b) O processo administrativo disciplinar deve preceder a aplicação das penas de suspensão por mais de trinta dias e a demissão.
- c) Readaptação consiste no retorno ao serviço público estadual do funcionário colocado em disponibilidade.
- d) A promoção e a readaptação por motivo de saúde interrompem o exercício do cargo, que é reiniciado na nova classe a partir da validade do ato.
- e) A pena de suspensão não poderá exceder a noventa dias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo

- a) quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) quando houver alteração do domicílio da parte autora.
- c) quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência.
- d) alterarem a competência absoluta, apenas.
- e) quando houver foro de eleição.

36. O conflito de competência é um incidente processual capaz de alterar o andamento da demanda, mas não pode ser considerado como uma demanda autônoma. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) pode ocorrer o conflito de competência entre juízos conflitantes, ainda que um deles já tenha proferido sentença com trânsito em julgado.
- b) há conflito de competência positivo quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes para julgar a causa e atribuem um ao outro a competência.
- c) há conflito de competência negativo quando dois ou mais juízes se declaram competentes para processar e julgar a demanda.
- d) há conflito de competência entre dois ou mais juízes quando surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos
- e) o conflito de competência só poderá ser suscitado pelas partes ou pelos magistrados envolvidos.

37. Os atos processuais têm por consequência a constituição, a conservação, o desenvolvimento, a modificação ou a extinção do processo. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) o princípio da instrumentalidade das formas permite que sejam considerados válidos os atos que, realizados de outro modo, preenchem a sua finalidade essencial.
- b) o princípio da publicidade prevê que os atos processuais são públicos, mas alguns processos poderão correr em segredo de justiça, a exemplo daqueles em que há interesse do Estado envolvido.
- c) o Código de Processo Civil positivou a possibilidade de negociação processual, permitindo que as partes, de comum acordo, estipulem mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa, sem qualquer interferência do juízo.
- d) a calendarização permite que as partes fixem calendário para a prática dos atos processuais, devendo comunicar ao juízo por petição comum.
- e) ainda que as datas sejam previamente fixadas no calendário, as partes deverão ser intimadas para a prática de ato processual ou realização de audiência em respeito ao devido processo legal.

38. As nulidades processuais dizem respeito à ineficácia do ato ou da relação processual causada pela não observância da lei. De acordo com a gravidade, a nulidade poderá ser absoluta ou relativa. É correto afirmar que:

- a) a nulidade, absoluta ou relativa, deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- b) é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado para acompanhar o feito em que deva intervir. A nulidade deverá ser decretada imediatamente pelo magistrado por tratar-se de nulidade absoluta.
- c) é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado para acompanhar o feito em que deva intervir. A nulidade só será decretada após a manifestação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou inexistência de prejuízo.
- d) anulado um ato, consideram-se sem efeito todos os subsequentes a ele.
- e) ainda que possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz pronunciará a nulidade do ato e determinará a sua repetição em respeito ao devido processo legal.

39. A execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial forma um novo processo, ao contrário do cumprimento de sentença que inaugura uma nova fase processual. Sobre os títulos executivos extrajudiciais e sua execução:

- a) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: a sentença penal condenatória transitada em julgado, a sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo STJ.
- b) os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para que sejam executados.
- c) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: o crédito de contribuições condominiais ordinárias e extraordinárias, assim como a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados.
- d) ao propor a execução do título executivo extrajudicial, o exequente deverá instruir a petição inicial com o título, o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, sendo presumida a prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo.
- e) Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 20%, a serem pagos pelo executado. Este percentual será reduzido pela metade caso o executado efetue o pagamento integral no prazo de 3 dias.

40. O Código de Processo Civil exemplifica as atribuições e poderes do relator. Assim, são incumbências do relator:

- a) dirigir e ordenar o processo no tribunal, sem poderes quanto à produção de provas, que deverão ser produzidas pelo juízo de primeiro grau.
- b) apreciar o pedido de tutela de urgência nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal, não se estendendo mesma prerrogativa a pedidos de tutela de evidência.
- c) não conhecer diretamente de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.
- d) antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.
- e) decidir o incidente de desconsideração da personalidade jurídica formulado originariamente perante o tribunal ou em grau recursal.

41. A ação rescisória é o instrumento que permite a desconstituição de uma decisão transitada em julgado e, em regra, a realização de um novo julgamento. O Código de Processo Civil prevê algumas hipóteses de cabimento e algumas vedações. Desse modo, a decisão de mérito não poderá ser rescindida quando:

- a) proferida por juiz suspeito ou por juízo absolutamente incompetente.
- b) ofender a coisa julgada.
- c) violar manifestamente norma jurídica.
- d) fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
- e) fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

42. José responde a processo por determinado crime, tendo sido citado para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Posteriormente, entra em vigor nova Lei, reduzindo o prazo de apresentação da resposta à acusação para 05 dias. Meses após a alteração legislativa, o MP adita a denúncia para incluir o réu Ricardo, que posteriormente é citado para apresentar resposta à acusação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José deverá apresentar novamente sua resposta à acusação
- b) A lei nova não será aplicável no referido processo, pois este já se encontrava em andamento
- c) A lei nova somente terá aplicação a partir da próxima fase processual
- d) A lei nova somente seria aplicável ao processo caso fosse benéfica aos acusados
- e) a lei nova é aplicável, mas somente aos atos processuais realizados após sua entrada em vigor, de forma que Ricardo deverá apresentar resposta à acusação em 05 dias; José, porém, não terá que apresentar nova resposta à acusação

43. Rodrigo é investigado em inquérito policial pela prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo. Ao final das investigações, o MP chega à conclusão de que não há indícios suficientes de autoria, motivo pelo qual ordena o arquivamento do IP, por falta de base para a denúncia, comunicando os envolvidos e remetendo o IP para homologação pela instância superior, o que efetivamente acontece.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será possível a retomada futura das investigações, ainda que não haja notícia da existência de prova nova.
- b) não é possível a retomada futura das investigações, ainda haja notícia da existência de prova nova.
- c) não é possível a retomada futura das investigações, salvo se houver requerimento da vítima, mesmo sem novas provas.
- d) é possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova.
- e) será possível a retomada futura das investigações, desde que no prazo de 06 meses a contar da homologação do arquivamento.

44. Emerson foi vítima de um crime de roubo, crime este de ação penal pública incondicionada, em tese praticado por Paulo. Encerrado o inquérito policial, o membro do MP recebeu os autos do IP, mas não ofereceu a denúncia nem adotou qualquer providência válida dentro do prazo legal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, por ausência de previsão legal
- b) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, pois o STF declarou a inconstitucionalidade da queixa-crime subsidiária
- c) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da data do fato criminoso
- d) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da ciência da autoria
- e) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP

45. Acerca da ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) A representação deve ser oferecida no prazo de 06 meses, a contar da data do fato criminoso
- b) A representação será retratável até o recebimento da denúncia

- c) A renúncia ao direito de queixa em favor de um dos infratores não se estende aos demais
- d) O perdão do ofendido depende de aceitação pelo querelado, não produzindo efeitos em relação àquele que o recusar
- e) Em caso de morte da vítima, o direito de queixa passa ao cônjuge, ao ascendente e ao descendente, mas não ao irmão.

46. O Tribunal do Júri, nos termos da CF/88, tem competência para o processo e julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Assinale a alternativa que indica um crime de competência do Tribunal do Júri:

- a) aborto
- b) lesão corporal com resultado morte
- c) Latrocínio
- d) Estupro com resultado morte
- e) Homicídio culposo

47. Analise as assertivas a seguir:

- I – José praticou um crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa)
- II – Eduardo praticou um crime de estelionato, cuja pena é de reclusão de 01 a 05 anos e multa.
- III – Helena praticou um crime de usurpação de função pública, cuja pena é de detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Nesse caso, presentes os demais requisitos, será cabível o benefício da transação penal a:

- a) José, apenas
- b) Eduardo, apenas
- c) Helena, apenas
- d) José e Helena, apenas
- e) José, Eduardo e Helena

48. Nos termos do CPP, o Juiz será considerado suspeito quando:

- a) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo
- b) seu cônjuge tiver funcionado como órgão do Ministério Público
- c) ele próprio houver atuado como autoridade policial na fase de investigação
- d) ele próprio tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão
- e) seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

NOÇÕES DE CUSTAS JUDICIAIS

49. Nos termos da Lei 3.350/1999, acerca da gratuidade e das isenções, assinale a alternativa incorreta.

a) São isentos do pagamento do acréscimo de 20% instituído pela Lei nº 713/83, com a redação da Lei nº 723/84 e das taxas previstas nas Leis nº 489/81 e nº 590/87, os atos notariais e de registro que comprovadamente se referirem à primeira aquisição da casa própria ou praticados com a interveniência de Cooperativas Habitacionais quando destinados a residência do adquirente.

b) É autorizada a cobrança de qualquer despesa sobre eventuais praxes ou estilos forenses.

c) Havendo dúvida fundada quanto à isenção a ser observada, deverá o notário ou registrador suscitá-la ao Juízo competente em 72 horas, a qual deverá ser dirimida em igual prazo.

d) O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro poderá, através de ato conjunto de sua Presidência e da Corregedoria Geral de Justiça, autorizar a celebração de convênios entre entidades com representação em âmbito estadual dos serviços extrajudiciais deste estado, e instituições públicas ou privadas, que visem incrementar a prática de atos notariais/registros.

e) Nas Comarcas onde houver registro de distribuição ou distribuidor privatizado, as custas previstas serão rateadas proporcionalmente ao número de atos praticados.

50. Nos termos da Lei 3.350/1999, acerca do pagamento das custas, assinale a alternativa correta.

a) Somente com o recolhimento prévio, pelo requerente, das custas correspondentes, será apreciada a admissibilidade do litisconsórcio facultativo, da assistência, da oposição ou de qualquer das modalidades de intervenção de terceiros.

b) A extinção do processo por abandono, desistência ou transação, em qualquer fase, dispensa o responsável pelo pagamento das custas.

c) As custas referentes às ações de competência originária do Tribunal serão pagas depois da distribuição ou do registro, juntamente com a taxa judiciária.

d) As custas serão pagas e recolhidas pelos interessados em estabelecimento bancário indicado pelos interessados, cabendo ao autor, o seu adiantamento no caso de atos e diligências requeridas pelo Ministério Público ou ordenadas, de ofício, pelo Juiz.

e) Nas hipóteses em que as custas possam ser pagas após a distribuição, esta será cancelada se o feito não for preparado no prazo de 30 (trinta) dias.

51. Nos termos da Lei 3.350/1999, não há incidência de custas:

I - Para acesso, em primeiro grau de jurisdição, aos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários.

II - No duplo grau obrigatório de jurisdição.

III - No conflito de competência suscitado por autoridade judiciária.

IV - Nas ações propostas e nos recursos interpostos pelo Ministério Público.

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e IV, apenas.

d) I, II e III, apenas.

e) I, II, III e IV.

52. Nos termos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, acerca do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais, assinale a alternativa correta.

a) É autorizada a baixa de processos judiciais que contenham débitos referentes às custas e à taxa judiciária.

b) Incumbe exclusivamente à Corregedoria-Geral processantes a verificação do exato recolhimento das custas e taxa judiciária antes da prática de qualquer ato decisório ou a ser praticado por servidor auxiliar do juízo, através de certidão, que, sob pena de caracterização de falta funcional.

c) Sob pena de caracterização de falta funcional, os autos dos processos findos poderão ser arquivados sem que o Escrivão ou Responsável pelo Expediente Chefe de Serventia certifique estarem integralmente pagas as custas e a taxa judiciária devidas ou, em caso contrário, sem que faça expedir certidão de débito para fins de cobrança da dívida.

d) É autorizada a remessa de autos judiciais aos Contadores Judiciais para o exclusivo cálculo das custas judiciais e taxa judiciária, salvo na hipótese de cálculos complexos nos processos antigos e findos, aptos para serem arquivados, mediante certidão da serventia, atestando a ausência de conhecimentos específicos para fazê-los, e determinação judicial.

e) Se a parte interessada na expedição da precatória for beneficiária da gratuidade de justiça ou isenta do pagamento de custas processuais, deverá ser também transmitido o despacho que a deferiu ou a certidão do Chefe de Serventia.

53. De acordo com a Lei nº 05/1975, acerca das Obrigações Acessórias, qualquer irregularidade deverá ser comunicada pela autoridade judiciária à Secretaria de Estado de Economia e Finanças, por ofício, dentro de _____ após a sua constatação, salvo se a taxa devida, juntamente com o valor das sanções e acréscimos legais, foi recolhida antes da expedição do ofício.

Preencha a lacuna com a alternativa correta:

- a) 05 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 90 dias.

54. De acordo com a Lei nº 05/1975, acerca do pagamento, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento da taxa, será efetuado depois da apresentação da petição inicial em Juízo, diretamente ou para distribuição.
- b) Nos inventários e arrolamentos resultantes de óbito o pagamento da taxa será efetuado até o primeiro dia útil do quinto mês posterior à distribuição.
- c) Nos processos de falência, a complementação, será feita pela massa, até 90 (noventa) dias após a publicação do quadro geral de credores, ainda que concedida concordata suspensiva.
- d) O pagamento da taxa em momento posterior, observará normas fixadas por decreto do Poder Judiciário.
- e) Qualquer complementação de taxa, que deva ser paga de acordo com Decreto-lei, será apurada e cobrada na forma da legislação estadual sobre processo administrativo fiscal.

CODJERJ, CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

55. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975 que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o concurso público objetivará avaliar:

- a) desempenho das atividades do cargo, inclusive condições psicológicas, mediante estágio experimental, inclusive no caso de candidato habilitado nas provas para o preenchimento de cargo de professor ou de cargos destinados ao pessoal de apoio ao magistério.
- b) condições de preparo físico-sensorial.
- c) conhecimento e qualificação profissionais

- d) questões que envolvam direitos patrimoniais e pontualidade.
- e) disponibilidade e eficiência do candidato.

56. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro estabelece que o servidor deixará de receber vencimentos e vantagens, exceto gratificação adicional por tempo de serviço, quando se afastar do exercício do cargo:

- I - para estágio experimental;
- II - em decorrência de prisão administrativa, salvo se inocentado afinal;
- III - para prestar serviço à União, a outro Estado, a Município, à Sociedade de Economia Mista, à Empresa Pública, à Fundação ou à Organização Internacional, salvo quando, a juízo do Governador, reconhecido o afastamento como de interesse do Estado; E
- III - para exercer cargo ou função de confiança, ressalvado o direito de opção legal.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) II e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

57. É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas no seguinte caso:

- a) um cargo de juiz com outro de professor
- b) dois cargos de professor
- c) um cargo de professor com outro técnico ou científico
- d) dois cargos privativos de médico
- e) dois cargos técnicos ou científicos.

58. Conforme o Decreto nº 2.479, de 08 de março de 1979 que regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) Função gratificada de preenchimento em confiança é a criada pelo Poder Executivo, com símbolo próprio, para atender a encargos de chefia, secretariado, assessoramento e outros, em níveis intermediário e inferior.
- b) O Poder Executivo, ao criar as funções gratificadas, observará os recursos orçamentários existentes para esse fim, bem como os símbolos e respectivas gratificações prefixadas em lei.
- c) O exercício da função gratificada, não constituindo emprego, guardará correspondência de atribuições com as do cargo efetivo exercido pelo funcionário designado, e a gratificação respectiva tem o caráter de vantagem acessória ao seu vencimento.
- d) Somente poderá ser designado para prover função gratificada funcionários de livre nomeação e exoneração.
- e) Independe de exame de sanidade físico-mental a investidura em função gratificada, salvo quando a designação recair em inativo ou em servidor regido pela legislação trabalhista.

59. De acordo com a norma estadual que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, EXCETO:

- a) Juízos de Direito
- b) Conselho Estadual de Justiça
- c) Tribunais do Júri
- d) Conselhos da Justiça Militar
- e) Juizados Especiais e suas Turmas Recursais

60. Conforme a Lei nº 6956 de 13 de janeiro de 2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, compete ao 1º Vice-Presidente:

- I - distribuir, na forma da lei processual, os feitos de natureza cível de competência de órgão julgador de segunda instância;
- II - distribuir os feitos de natureza criminal, de competência de órgão julgador de segunda instância;
- III- exercer o juízo de admissibilidade sobre os recursos ordinários constitucionais;

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I
- b) I e III

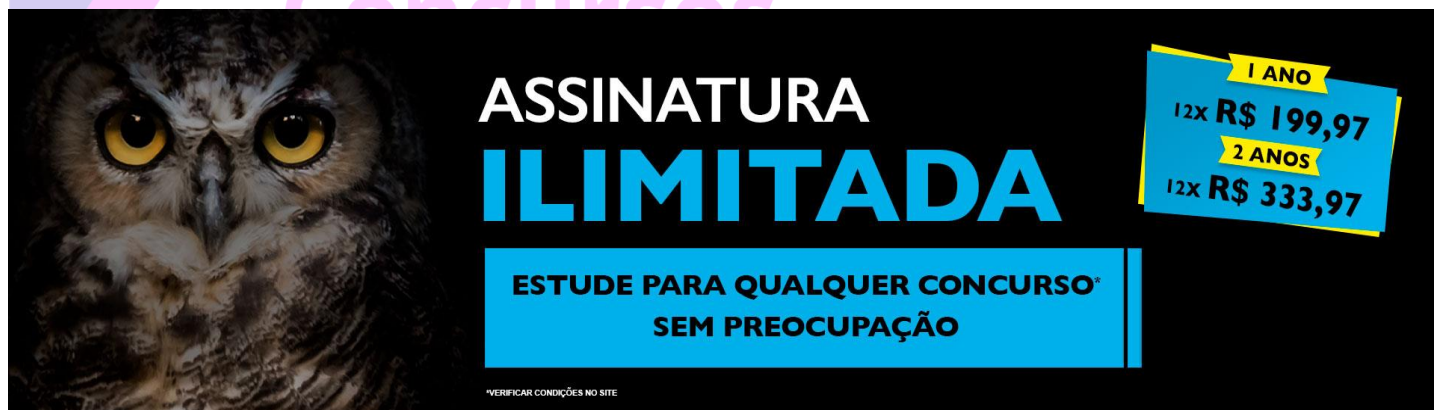
- c) III
- d) I, II e III
- e) Nenhuma está correta

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-26-01>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE